

# Emendas sugerem mais participação popular na elaboração da Carta

BRASÍLIA — A participação popular no processo constituinte é uma das principais preocupações dos parlamentares que, através de emendas, pretendem assegurá-la no Regimento Interno da Assembléia. Ontem, 70 emendas foram apresentadas ao projeto elaborado pelas lideranças partidárias, e muitas sugerem referendo popular, consultas a entidades da sociedade civil e até a possibilidade de os cidadãos encaminharem emendas ao projeto de Constituição.

O Senador José Fogaça (PMDB-RS), por exemplo, quer que artigos ou conjuntos de artigos da nova Constituição sejam submetidos a referendo popular, a requerimento de, no mínimo, 94 constituintes ou três por cento do eleitorado de nove Estados. Quer também a criação da Subcomissão de Audiência, que teria a incumbência de colher nos Estados e Territórios propostas dos diversos setores da sociedade. Fogaça pretende ainda que seja concedido o direito de emenda ao projeto de Constituição, por iniciativa de 30 mil eleitores com títulos atualizados.

O Deputado Siqueira Campos (PDC-GO) pretende assegurar, às entidades de classe de âmbito nacional e aos órgãos de fiscalização das atividades profissionais, a formulação de proposições constitucionais por intermédio do Presidente da Constituinte. Stélio Dias (PFL-ES) quer que as comissões e subcomissões marquem um dia por semana para ouvir as Assembleias Legislativas as Câmaras Municipais e representantes da sociedade. Além disso, sugere o

credenciamento de entidades civis, religiosas ou militares. Para organizar todas as propostas da sociedade, o Deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) defende a criação de uma Secretaria Especial da Assembléia, "um canal de comunicação, relacionamento e intercâmbio com organizações populares".

Um dos constituintes que mais emendaram o projeto foi Konder Reis (PDS-SC), que apresentou 11 propostas de alteração do Regimento. Uma estabelece que as estações de rádio e TV cedam cinco minutos diários, em seus jornais matutinos e noturnos, aos serviços de divulgação da Constituinte. O dobro do espaço seria cedido pelas emissoras educativas e três vezes na semana, em todas as emissoras, haveria um programa especial, elaborado pelos serviços de divulgação da Constituinte, das 20h30 às 20h45, nos dias úteis:

— O tempo no rádio e na TV não pode deixar de ser usado com oportunidade e equilíbrio — argumenta Konder Reis. — Fazer diferente é comprometer a divulgação. Não esqueçamos a lição legada pelos programas gratuitos da última campanha eleitoral.

A obrigatoriedade de as emissoras cederem espaços gratuitos à Constituinte deve ser abolida do projeto de Regimento, segundo o Deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), para quem a exigência deveria se limitar às televisões educativas. E justificou a medida, em tempo algum, os órgãos de comunicação dedicaram tan-

to espaço à política e ao Legislativo como agora".

Muitas emendas propõem o aumento das comissões constitucionais, outras visam a garantir o princípio da proporcionalidade na eleição da Mesa e na formação das comissões ou a fixar prazos para a conclusão do processo constituinte. Outra preocupação é com a democratização dos trabalhos. Fogaça, por exemplo, quer que sempre caiba recurso ao plenário, quando o Presidente decidir questão de ordem sobre matéria constitucional.

Preocupado com a aceleração dos trabalhos, o Deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) sugere que não haja interrupção durante o carnaval. Konder Reis quer três comissões para o exame da legislação ordinária e complementar, e estabelecendo que as votações serão feitas nas sessões conjuntas. Há também quem pretenda garantir justificativa para até seis faltas, como Rubem Figueiró (PMDB-MS), para que os constituintes possam visitar os Estados de origem e participar de debates sobre o projeto da Constituição.

O Senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) anunciou ontem que apresentará ao plenário proposta estabelecendo que a eleição direta para Presidente da República deverá ocorrer dentro de 120 a 180 dias após a promulgação da nova Constituição, pois a permanência do Presidente Sarney depois dessa data "representa a quebra da continuidade da transição democrática".